

GOVERNO DORN

RIO GRANDE DO NORTE, 19 de dezembro de 2022 | TIRAGEM: 5.000 MIL EXEMPLARES

INFORME PUBLICITÁRIO

Governo do Estado avança na gestão do patrimônio imobiliário

PROJETO DE LEVANTAMENTO, CADASTRAMENTO, REGULARIZAÇÃO E REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO ESTADUAL É EXECUTADO EM ETAPAS. ATUALMENTE, CONSTAM 3.048 IMÓVEIS PELO SISTEMA DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO **PÁGINA 7**

FOTO: HILDER ANDRADE

Produtores de algodão recebem assistência da Emater

PÁGINA 2

Energia

RN participa do Consórcio Brasil Verde

PÁGINA 3

Água

Caern economiza R\$ 22 milhões com mercado livre

PÁGINA 4

Educação

Unicef quer ampliar parceria com o Governo do RN

PÁGINA 5

Serviços

Centrais do Cidadão e Defensoria Pública ampliam benefícios

PÁGINA 9

Agricultura

Lei garante serviços de assistência e extensão rural

PÁGINA 10



Projeto Algodão Agroecológico Potiguar foi lançado pela governadora Fátima Bezerra no final de 2021 e obteve a primeira safra este ano

Emater presta assistência sobre algodão agroecológico aos agricultores do RN

PROJETO ALGODÃO AGROECOLÓGICO POTIGUAR ABRANGE UM TOTAL DE 30 MUNICÍPIOS, AUXILIANDO 254 AGRICULTORES FAMILIARES QUE GARANTEM O CULTIVO DE 340 HECTARES DE ALGODÃO; META É VIABILIZAR PARTICIPAÇÃO DE 800 PRODUTORES RURAIS EM 2023

Após obter resultados importantes em 2022 – primeiro ano de execução – o Projeto Algodão Agroecológico Potiguar está sendo planejado para o próximo exercício, por meio de seminários territoriais que percorrem o Rio Grande do Norte, com o objetivo de mobilizar agricultores familiares para a safra 2023.

As reuniões são promovidas pelo Governo do Estado, por meio da Emater-RN – instituição executora do projeto – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf-RN), e demais parceiros, e pretendem ampliar o número de agricultores participantes no projeto.

O seminário de mobilização ocorreu este mês, em Pau dos Ferros, e sucedeu as reuniões semelhantes em São Paulo do Potengi e Mossoró. Outras mobilizações estão previstas ainda em dezembro nas cidades de Santa Cruz (Territórios Trairi e Seridó), Santo Antônio (Agreste Litoral Sul) e João Câmara (Território Mato Grande).

Para o próximo ano, a meta é

viabilizar a participação de 800 agricultores, com mil hectares de algodão agroecológico em consórcio com cultivos alimentares como milho, feijão, sorgo e gergelim.

Desse total, a Emater-RN vai prestar assistência técnica a 650 famílias, ou seja, mais de 81% dos agricultores participantes do projeto.

Segundo o diretor-geral da Emater-RN, Cesar Oliveira, “esse percentual revela a participação expressiva da Emater nesse projeto, mas também de todos os parceiros e parceiras. Estamos trabalhando com a estimativa de produtividade por hectare de 600 quilos de algodão em 2023”.

O Projeto Algodão Agroecológico Potiguar foi lançado pela governadora Fátima Bezerra no final de 2021 e obteve a primeira safra este ano, com a mobilização de 30 municípios, 254 agricultores familiares, que garantiram o cultivo de 340 hectares de algodão em consórcio com as demais culturas alimentares. A produção chegou a 117 toneladas de algodão.

CAPACITAÇÃO

Além dos seminários de mobilização, extensionistas rurais da Emater-RN e agricultores familiares iniciam, no próximo dia 22 de dezembro, no Centro de Treinamento da Emater em São José de Mipibu (Centern), um Seminário de Qualificação e Formação inserida no Projeto

Algodão Agroecológico Potiguar.

O primeiro módulo será ministrado pelo engenheiro agrônomo Marenilson Silva, que atua na Embrapa Algodão, em que serão apresentadas e discutidas técnicas de produção do algodão em consórcio com culturas alimentares.

PARCERIAS

Participam do arranjo institucional do Projeto Algodão Agroecológico Potiguar a Embrapa Algodão, Sebrae, Diaconia, Acopasa, Vert, Unicafe, Instituto Casaca de Couro, Norfil, FAO, Rede Xique-Xique e Justa Trama. “Esse projeto representa a maior iniciativa de cultivo de algodão agroecológico no Brasil”, considerou o diretor-geral da Emater-RN.

“O arranjo institucional que construímos já garante que os agricultores familiares receberão sementes e sacaria, terão garantia de compra e preço previamente estabelecido, gerará uma receita bruta em 2023, de aproximadamente 2 milhões de reais”.

Como se trata de uma cultura cujo

ciclo é de apenas quatro meses, durante esse período os agricultores poderão obter uma renda direta entre R\$ 2.300,00 e R\$ 4.500,00 com o cultivo do algodão, sem falar da receita vinda dos cultivos de feijão, milho, gergelim, sorgo consorciados com algodão.

Para Cesar Oliveira, o projeto tem outro aspecto positivo, que é o cultivo sem veneno. “Isso demonstra para os agricultores familiares e para a sociedade que é possível produzir sem veneno, considerando ainda o consórcio com as culturas alimentares, reforçando a nossa estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na perspectiva da produção de alimentos saudáveis”, finalizou.

Energia limpa: RN ratifica participação dentro do Consórcio Brasil Verde

INICIATIVA DEVE FORTALECER A CAPACIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE, JUNTO AOS DEMAIS ESTADOS DO PAÍS, PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS, FORMALIZAÇÃO DE PARCERIAS E TROCA DE EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS ENERGÉTICAS

Com protagonismo na transição energética e compromisso com o desenvolvimento sustentável, o Estado do Rio Grande do Norte ratifica o Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Interestadual sobre o Clima – Consórcio Brasil Verde. A lei estadual 11.292 foi sancionada este ano com o objetivo de potencializar ações que possam minimizar os efeitos das mudanças climáticas no Brasil.

O Protocolo de Intenções foi subscrito por todos os Estados e pelo Distrito Federal e sua ratificação pelos Estados do Rio Grande do Norte, Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, lhe confere, automaticamente, o status de Contrato de Consórcio Público.

A iniciativa deve fortalecer a capacidade do RN, junto aos demais estados, para obtenção de recursos, formalização de parcerias e troca de experiência através do compartilhamento de boas práticas.

Apresentado na COP 26, em Glasgow, o consórcio foi ratificado pelo Governo do Estado do RN depois da realização da 27ª conferência do clima da ONU, em novembro deste ano, que reuniu, no Egito, governos do mundo todo, diplomatas, entidades privadas e da sociedade civil com o objetivo de discutir medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com foco nos cortes de emissões de gás carbônico (CO₂) no planeta. A governadora Fátima Bezerra integrou a Delegação de Autoridades Políticas Brasileiras presentes em Sharm El-Sheikh.

“Desde meado de 2021 no Fórum dos governadores, a Professora Fátima Bezerra prontamente reforçou o seu compromisso com o meio ambiente

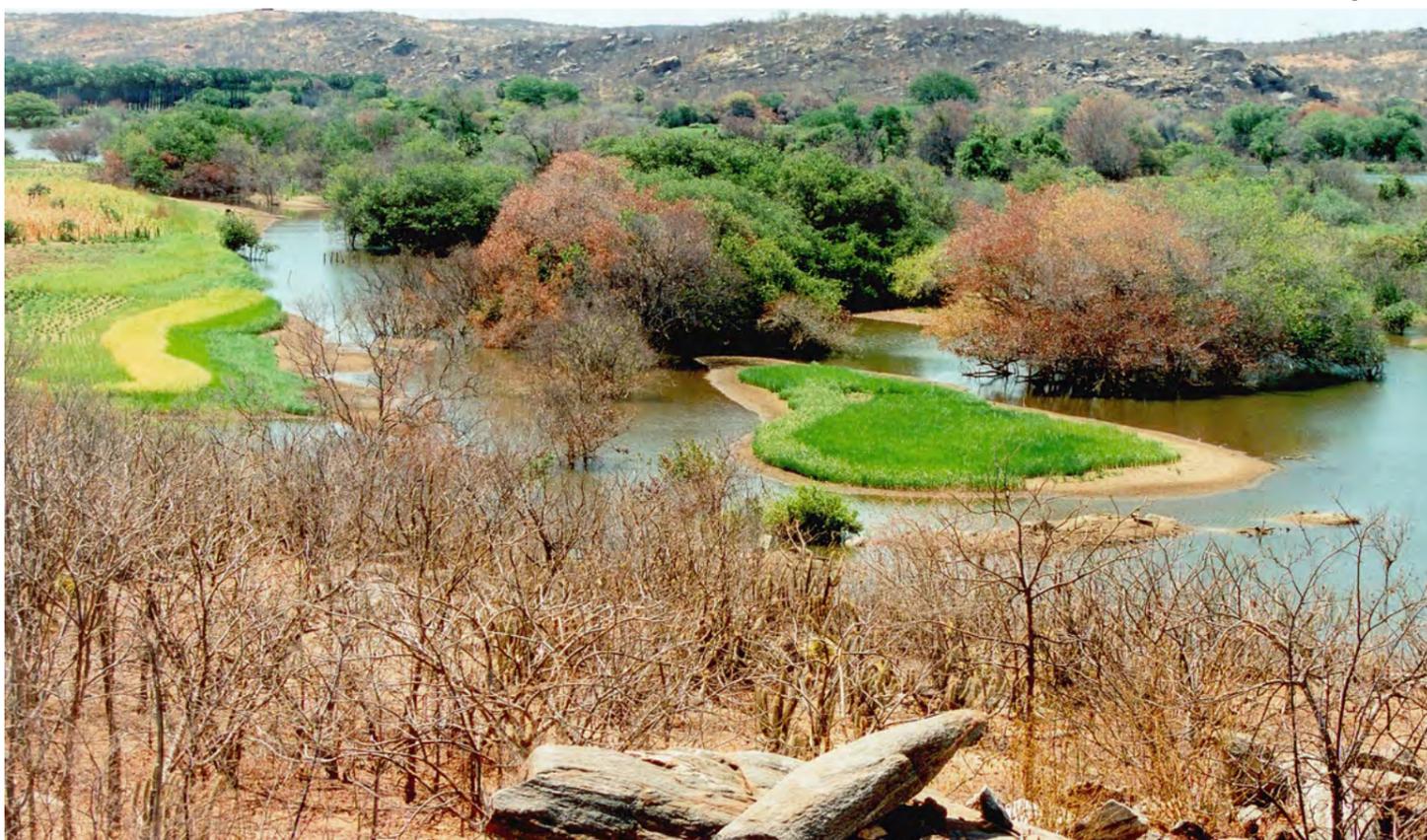


Foto: Hugo Macedo

Consórcio atua como uma agenda nacional no enfrentamento aos impactos das mudanças climáticas

como um tema central e transversal, demonstrando a responsabilidade do Rio Grande do Norte em compor o Consórcio Brasil Verde como uma sinalização dos estados na agenda do clima e o necessário enfrentamento aos impactos das mudanças climáticas de forma conjunta”, diz o diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema/RN), Leon Aguiar, enfatizando que naquele momento o Brasil encontrava-se ausente das discussões e compromissos assumidos para a proteção do sistema climático, e o mundo observava de forma negativa a imagem de um país que se distanciava das metas internacionais.

“Como resposta e responsabilidade, os governadores na COP 26 em Glasgow, Escócia, renovaram compromisso pelo clima, falando pela primeira vez ao público da ideia do Consórcio. A governadora, através do Idema, definiu que o RN não ficasse de fora do Consórcio sobre o Clima, cujo tema é a pauta mundial mais impor-

tante para a humanidade, pois somente através de um desenvolvimento sustentável, com agenda de crescimento econômico, erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais e preservação do ambiente ecologicamente equilibrado é que teremos um futuro”, afirma o diretor-geral do Idema.

Leon lembra ainda que com

a presença na COP 27, no Egito, e a governadora participando ativamente de importantes pautas sobre transição energética justa, energias renováveis, sustentabilidade dos biomas, economia verde, compromissos do RN com a agenda do clima e outras pautas, a sanção da lei proposta pelo Executivo e aprovada pela Assembleia

Legislativa, insere o Estado na corrida para o desenvolvimento sustentável, redução dos gases de efeito estufa e aquecimento global, cuidado com os mais vulneráveis, desenvolvimento do mercado de carbono e expansão de produtos inovadores com menor impacto ambiental e geradores de novas oportunidades de emprego.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Nos últimos anos, o Estado do RN, através de uma política de transição energética para uma economia de baixo carbono, tem avançado na expansão das fontes renováveis e a redução da participação de fontes de origem fóssil. Isso permitiu que o Estado atingisse percentuais superiores em comparação a países considerados desenvolvidos. Atualmente, 94% de toda a energia produzida no RN é proveniente de fonte limpas e renováveis. Um exemplo não só para o Brasil, mas para o mundo.

Das 7 principais fontes de

geração de energia no Brasil, o Rio Grande do Norte se destaca com a inclusão na geração de energia eólica, solar, biomassa, hídrica e gás natural como combustível de transição.

O Rio Grande do Norte é o maior gerador de energia eólica do Brasil e da América Latina, com mais de 222 usinas em operação, correspondendo a 6.8 GW de potência instalada. Somadas às mais de 44 usinas em construção e 73 já contratadas, o Estado deve atingir a marca de mais de 12 GW de potência instalada até

o final de 2025.

E é no RN que está o maior hub de serviços e suprimentos para setor eólico do Brasil, com empresas especializadas na construção, operação e manutenção e centros de distribuição de peças e componentes, atendendo a todo o território nacional e América Latina.

O Estado incentiva, ainda, o desenvolvimento de novas fontes de geração de energia limpa e o armazenamento de energia, com especial atenção para o hidrogênio verde e a energia eólica offshore.

Economia da Caern no mercado livre de energia chega a R\$ 22 milhões

COMPANHIA INICIOU SEGUNDA ETAPA DE MIGRAÇÃO DE NOVAS UNIDADES AO MERCADO LIVRE, COM MAIS 43 ESTAÇÕES EM 2023, RESULTANDO EM 103 UNIDADES LIVRES; CERCA DE 60% DA ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA PELA CAERN VEM DO MERCADO LIVRE

FOTOS: ARQUIVO/DEMIS ROUSSOS

Em dois anos operando no ambiente do Mercado Livre de Energia, a Caern conseguiu economizar R\$ 22,03 milhões, quando comparado aos custos simulados no mercado regulado. A companhia consolidou os dados de outubro de 2020 até setembro de 2022. Somente este ano, de janeiro a setembro, o valor economizado foi de R\$ 11,9 milhões, o que representa a média mensal de R\$ 1,32 milhão a menos nesse custo.

As projeções feitas no início de 2022 previram uma economia variando entre R\$ 10 e 18 milhões com o mercado livre. Faltando apenas três meses para encerrar o ano, a expectativa é de uma economia de R\$ 15 milhões somente em 2022, totalizando assim mais de R\$ 25 milhões desde a migração.

Os valores são mais significativos ainda quando considerado que havia cobrança da bandeira tarifária mais cara por causa da escassez hídrica no primeiro quadrimestre, bem como o reajuste inflacionário da concessionária de energia, que foi superior ao do contrato da energia livre.

Atualmente, 60% da energia elétrica consumida pela Caern vem do mercado livre, oriunda de usinas eólicas e fotovoltaicas, ou seja, de fontes renováveis e não poluentes. Ao final de 2023, esse percentual irá aumentar para 73%, o que garante maior sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

A companhia está iniciando a segunda etapa de migração de novas unidades ao mercado livre de energia, com mais 43 estações em 2023, resultando em 103 unidades livres na Caern. Essa expansão fará que alguns sistemas estejam 100% no ambiente livre, por exemplo, as adutoras Sertão Central Cabugi e Serra de Santana, além de todos os poços da cidade de Mossoró. Essa ampliação traz uma perspectiva de R\$ 25 milhões a serem economizados em 2023, e



Entre janeiro e setembro deste ano, a economia foi de R\$ 11,9 milhões, ou seja, média de R\$ 1,3 milhão por mês

para 2024 espera-se um valor na ordem de R\$ 40 milhões, pois os preços contratados da energia livre são decrescentes a cada ano.

As regras atuais de comercialização de energia não permitem que as ligações em baixa tensão entrem no ambiente livre, o que correspondem a 18% da energia consumida pela Caern. Entretanto, há estudos no Ministério de Minas e Energia para abertura do mercado livre a partir de 2028.

Outro ponto a destacar é que no mercado livre não há incidência de bandeiras tarifárias. No entanto, a Caern paga os encargos sobre os serviços de sistema (ESS) e encargos de energia de reserva (EER), taxas essas cobradas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com intuito de garantir a segurança energética nacional. Essas taxas são similares às bandeiras tarifárias e outros custos cobrados pela concessionária de energia elétrica do Estado, porém com valor menor.



Ao final de 2023, 73% das unidades irão migrar para o mercado livre de energia

Isso traduz em vantagem explícita em comprar energia livre e economizar recursos financeiros que poderão ser destinados às outras áreas da companhia.

“A preservação do meio ambiente, a sustentabilidade

de e a governança estão presentes nesta gestão da Caern. Desde o primeiro momento apostamos no mercado livre de energia, visando o uso de energias renováveis, além da otimização do uso dos recur-

sos financeiros. A Caern continuará nessa busca da eficiência e da melhoria continuada para atender bem toda a população do Rio Grande do Norte”, conclui o diretor presidente da Caern, Roberto Linhares.



Governadora Fátima Bezerra recebeu representantes do UNICEF que elogiaram a iniciativa da gestão estadual

Unicef quer ampliar parceria com o RN no programa “Caminhos da Aprendizagem”

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA RECONHECEU PROGRAMA “CAMINHOS DA APRENDIZAGEM - AVEXADOS PARA APRENDER” QUE ATUA PARA COMBATER O ATRASO ESCOLAR EM CRIANÇAS COM DOIS ANOS OU MAIS DE IDADE

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) reconhece as ações do Governo do RN, através do programa “Caminhos da aprendizagem- avexados para aprender” que atua para combater o atraso de crianças com dois anos ou mais de idade em relação à série escolar. A governadora Fátima Bezerra recebeu representantes do Unicef que elogiaram a iniciativa da gestão estadual e anunciaram o interesse em continuar apoiando o programa e sua ampliação.

“Com certeza vamos manter e ampliar o programa para 2023. O Unicef reconhece a dedicação da nossa equipe e

vai continuar nos apoiando. A pandemia da Covid agravou o atraso escolar, mas estamos dando respostas, trabalhando para manter os alunos na escola e ampliar a aprendizagem”, afirmou Fátima Bezerra.

Secretário de Estado da Educação e Cultura (Seec), Getúlio Marques destacou que as medidas propostas pelo Unicef já estavam incluídas no plano do Governo do Estado e o apoio do órgão veio a somar.

O secretário destacou os slogans adotados no programa “Fora da escola não pode” e “Na escola sem aprender também não pode”, e declarou que “o

sucesso das ações pode ser mensurado pelo fato do Rio Grande do Norte ser hoje um dos quatro Estados brasileiros que mais aprenderam em matemática e português”.

A oficial de Educação e coordenadora da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar Unicef, Erundina Silva disse que o órgão quer, junto com a administração estadual, chegar a mais municípios e escolas em 2023.

“O objetivo conjunto é enfrentar a cultura do fracasso escolar”, declarou Erundina.

Especialista em Educação do Unicef, Veronica Bezerra disse que com o programa “Cami-

nhos da aprendizagem “aprendemos que é preciso ter pressa e atender cada menino e cada menina”.

O coordenador do Unicef para o semiárido brasileiro, professor Dennis Lars enfatizou que “ficamos muito satisfeitos com o trabalho desenvolvido pelo Governo do Rio Grande do Norte e queremos continuar com esta parceria para melhorar o atendimento aos alunos e recuperar o atraso no aprendizado”.

O primeiro ciclo do “Caminhos da aprendizagem - avexados para aprender” envolveu 31 turmas e 623 estudantes de 22 escolas públicas das redes esta-

dual e municipal em 16 cidades (Afonso Bezerra, Baraúna, Caiçara do Norte, Caicó, Canguaretama, Cerro Corá, Extremoz, Galinhos, Lagoa de Velhos, Macau, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Pedro Avelino, Pureza e Touros). Também estão engajados 167 profissionais da educação e 38 coordenadores pedagógicos.

Na audiência com representante do Unicef a Governadora esteve acompanhada também da secretária adjunta da Educação, Márcia Gurgel, do subsecretário, Álvaro Bezerra e da coordenadora de desenvolvimento escolar, Glaciara Pinheiro.

Criação dos IERNs é oficializada e escolas ganham novos gestores

GOVERNO DO ESTADO OFICIALIZOU A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A CRIAÇÃO DOS IERNs

O Governo do Rio Grande do Norte oficializou a Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Estaduais de Educação Profissional, Tecnologia e Inovação do RN (IERN) e empossou diretores e vice diretores eleitos de 542 escolas.

A governadora Fátima Bezerra assinou o decreto 32.282, de 07 de dezembro de 2022 no lançamento da Jornada Pedagógica 2023 e Seminário de Posse dos Gestores Escolares para o período 2023-2025.

A solenidade, que aconteceu no início do mês, também marcou a entrega dos diplomas de posse aos novos diretores eleitos - estiveram aptos a votar alunos, professores efetivos e temporários, equipe técnica da escola, servidores efetivos, pais ou responsáveis pelos estudantes. O mandato é de três anos.

“Nosso Governo atua em defesa da educação e da escola pública de qualidade, da cidadania e direitos. Vivemos nos últimos anos momentos difíceis e perigosos para a educação e para a cidadania. Situação agravada pela Covid 19 que pegou o sistema educacional despreparado e sem tecnologia para enfrentar as adversidades e favorecer o ensino remoto. Mas, com muito trabalho e dedicação, conseguimos tirar o Estado do colapso financeiro e fiscal que estava, saneamos as contas públicas, equilibramos o orçamento e estamos investindo para termos alunos e professores conectados”, afirmou.

A Governadora registrou que o RN é o único Estado no país que cumpre na íntegra a lei do piso salarial da educação e nos últimos quatro anos promoveu reajustes acumulados de até 53%. “As nossas ações mostram o compromisso que temos com a educação e com a valorização do educador. Lançamos o Programa Nova Escola Potiguar - PNEP, que vai trazer de volta os alunos e preparar para o trabalho e para a vida. Queremos o RN como referência no ensino profissional”.

O Secretário Estadual de Educação, Getúlio Marques, disse que o Governo do RN “mais uma vez demonstra compromisso com a gestão democrática. Temos hoje a Educação valorizada e recebendo investimentos importantes, tanto para os educadores como para a estrutura”.



FOTO: ASSECOM/RN

RN é o único Estado no país que cumpre na íntegra a lei do piso salarial nacional da educação

IERNs

Com o PNEP, a Rede Estadual de Ensino Médio contará com 12 IERNs, nos municípios de Natal, Mossoró, São Miguel, Areia Branca, Jardim de Piranhas, Umarizal, Alexandria, Tangará, São José de Mipibu, Santana do Matos, Touros e Campo Grande;

Além dos novos IERNs, os 11 Centros Estaduais de Educação Profissional - CEEPS serão adequados e gradativamente transformados em IERNs, totalizando, assim, 23 instituições de ensino com oferta exclusiva de Educação Profissional, possibilitando expandir

essa modalidade inclusive para Educação de Jovens e Adultos - EJA, por meio de cursos técnicos e de qualificação profissional em consonância com as potencialidades econômicas, culturais e sociais dos municípios e regiões em que estão localizados.



FOTO: SANDRO MENEZES

Com o PNEP, a Rede Estadual de Ensino Médio conta 12 Institutos Estaduais de Educação Profissional



Gestão patrimonial eficaz inclui a catalogação imobiliária, a regularização fundiária e a avaliação financeira

Governo avança na gestão do patrimônio imobiliário

PROJETO DE LEVANTAMENTO, CADASTRAMENTO, REGULARIZAÇÃO E REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO ESTADUAL É EXECUTADO EM ETAPAS; ATUALMENTE, CONSTAM 3.048 IMÓVEIS NO SIPAT

A administração dos bens públicos pertencentes ao Governo do Rio Grande do Norte tem sido prioridade desde o início da atual gestão. Nos últimos quatro anos, foram obtidos muitos avanços nessa área, dentre eles o projeto de levantamento, cadastramento, regularização e registro do patrimônio imobiliário estadual, que é desenvolvido pela Secretaria da Administração (Sead). O trabalho é desafiador, pois o Estado não dispunha até então de um maior controle sobre suas propriedades. Todavia, o empenho da atual gestão para mudar essa realidade resultou em uma Política de Patrimônio Governamental inédita e de referência para outros estados e Governo Federal.

A secretária da Administração, Virgínia Ferreira, que também preside o Conselho de Gerenciamento de Patrimônio (CGP), responsável pela política de gerenciamento dos bens da administração estadual, destaca a importância do projeto e lembra que o trabalho demanda tempo, em razão do grande número de bens atrelados ao Executivo.

“O Estado possui mais de 3 mil imóveis, dentre os quais 1/3 se encontrava em situação irregular no início da atual gestão. Felizmente, com avanço da catalogação, avaliação e regularização dos espaços, estamos conseguindo mudar essa realidade e saber exatamente onde está e em que condição se encontra cada imóvel pertencente ao Governo do Estado. O trabalho é constante, a fim de que o Rio Grande do Norte consiga melhor aproveitar seus imóveis, devidamente legalizados e atualizados”.

Uma série de tomadas de decisão e desenvolvimento de projetos foram colocados em prática a partir de 2019, culminando em uma gestão patrimonial mais moderna e eficaz. A catalogação imobiliária, regularização fundiária e avaliação financeira são alguns exemplos. Outra iniciativa importante foi a criação do Sistema de Patrimônio Imobiliário do Rio Grande do Norte (Sipat), um sistema de rastreamento e mapeamento que assegura o controle de inventário para a localização dos ativos imobiliários pertencentes ao Executivo Estadual.

Construído pela Sead em parceria com a Secretaria de Infraestrutura (SIN), Vice-Governadoria e Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o projeto recebeu investimentos de R\$ 6 milhões, com recursos do Programa Governo Cidadão, que opera financiamento contratado ao Banco Mundial. O Sipat pode ser acessado por meio do Portal de Imóveis do RN no endereço sipat.rn.gov.br.

Para Virgínia Ferreira, a ferramenta de controle e de gestão patrimonial também promove a transparência e a economicidade. “É um avanço extraordinário que permite ampliarmos a execução das políticas públicas de Estado, ao passo em que demonstramos zelo pelo patrimônio do RN”.

Atualmente, já constam 3.048 imóveis no Sipat, que destes, 2.217 já foram georreferenciados e avaliados de um total de 3.451 cadastrados no inventário. Desses, mais de mil unidades seguem em processo de regularização fundiária. Apenas em 2022, o Conselho de Gerenciamento de Patrimônio (CGP) já deliberou a respeito de 291 propriedades,

sendo 184 unidades de educação, 61 da saúde, 28 da polícia, 13 terminais rodoviários e cinco terrenos e sítios. A importância desse processo de regularização de imóveis permitiu, por exemplo, a cessão de terrenos para a implantação de unidades básicas de saúde e creches, na capital, algo inviável antes considerando que as documentações desses imóveis não estavam regularizadas.

“O Conselho de Gerenciamento de Patrimônio tem como intuito deliberar sobre o melhor aproveitamento dos espaços públicos de responsabilidade do Executivo, além de buscar as normatizações e consequente valorização patrimonial. Nesse contexto, a regularização dos imóveis é fundamental para melhor eficiência e controle na gestão do patrimônio imobiliário estadual. O Trabalho que o governo do Rio Grande do Norte está realizando é inédito e vem servindo de referência para estados como Minas Gerais, Maranhão e Piauí, além do interesse já demonstrado pela Superintendência de Patrimônio da União”, complementa Virgínia Ferreira.

CATALOGAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DESTINO

O projeto de levantamento, cadastramento, regularização e registro do patrimônio imobiliário estadual é executado em etapas. A Subcoordenadoria de Patrimônio (Supat) da Sead, junto a consultoria especializada, tem como responsabilidade realizar o levantamento e avaliação de todos os imóveis. Segundo o subcoordenador de Patrimônio, Marcus Vinícius, essa fase foi iniciada ainda em 2019, mas é contínua, na medida em que novos imóveis são incorporados ao Estado.

O subcoordenador também salienta que antes de 2019 não existia praticamente nenhuma base legal que pudesse fundamentar a gestão patrimonial. “Não havia legitimidade alguma antes de atuarmos para controlar a gestão patrimonial do RN. Nos últimos anos, entretanto, publicamos algumas normativas que fundamentam as ações”, explica.

Algumas dessas publicações foram o Decreto nº 29.931, de 18 de agosto de 2020, o qual estabelece regras sobre a gestão de bens públicos móveis para celebração de ajustes envolvendo os órgãos estaduais; e o Decreto nº 31.314, que dispõe sobre a alienação, cessão, transferência, destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito das organizações. “É preciso ter legitimidade para que avancemos na questão da gestão patrimonial”, afirma Marcus Vinícius.

Outra ação de gestão patrimonial em andamento é o levantamento sobre as necessidades imobiliárias de cada secretaria e órgãos do Governo, assim como, a discussão de propostas para destinação dos imóveis em desuso que são, em sua maioria, terrenos ou construções em situação de ruína. Exemplos desse trabalho são 16 unidades das Centrais do Cidadão que mudaram para prédios próprios do Executivo Estadual. O Governo economiza mais de R\$ 100 mil mensais.

Está sendo possível otimizar os espaços nas secretarias e órgãos. A Secretaria das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (Semjidh) e o Procon foram acomodados na Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca; a Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf) foi para o prédio da Emater; e a Secretaria do Meio Ambiente (Semarh) está de mudança para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).



Durante solenidade de posse, governadora Fátima anunciou a construção da nova e moderna sede do órgão, orçada em R\$ 19 milhões

Governo do RN empossa 281 novos servidores do ITEP

NOMEAÇÕES FAZEM PARTE DO PROJETO DE RECOMPOSIÇÃO DO EFETIVO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

O Governo do Estado empossou 281 novos servidores concursados para o Instituto Técnico de Perícia (ITEP). Os novos servidores vão exercer os cargos de agente técnico forense, agente de necropsia, assistente técnico forense, perito criminal, perito médico legista, perito médico psiquiatra e perito odontologista.

As nomeações fazem parte do plano de Governo para recomposição do efetivo das forças de segurança - Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal e Itep - visando a melhoria do serviço prestado à população, valorização das categorias através de concursos públicos, promoções, investimentos em estrutura, equipamentos e

treinamento.

Na cerimônia de posse, no auditório do Hotel Praia Mar em Natal, a governadora Fátima Bezerra disse que “você assumem agora novos desafios. Esta solenidade conclui um ciclo. Quando assumimos em 2019 o Governo contava com apenas R\$ 3 milhões em caixa, dívida de R\$ 1,2 bilhão em salários atrasados e dívidas com fornecedores. Mas, com uma equipe competente e eficiente, superamos tudo isso e valorizamos a segurança. Nestes quatro anos todo o sistema de segurança foi valorizado com a contratação de policiais, efetivação das promoções, aumento salarial e aquisição de equipamentos”.

Fátima citou o resultado dos esforços realizados: “Éramos o

Estado mais violento. Saímos dessa condição e hoje estamos entre os estados que mais diminuíram os índices de violência. Comparando estes quatro anos com os anteriores, reduzimos 32%. Isto significa muitas vidas salvas e 2.558 ocorrências a menos”, registrou, para acrescentar: “você hoje estão entrando no quadro da segurança pública do Rio Grande do Norte, e já começam com uma conquista assegurada por este Governo, o quadro de carreira que criamos e implantamos para estimular e valorizar o servidor.”

A chefe do Executivo Estadual também citou a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública, trabalho coordenado pelo vice-governador Antenor Roberto. “O

plano alinha o RN ao Sistema Único de Segurança Pública - Susp, que define a política de segurança pública para o país. Este é mais um grande avanço”. Ela ainda confirmou a construção da nova sede do Itep em Natal, que será a mais moderna e adequada do país, no valor de R\$ 19 milhões - R\$ 14 milhões em recursos federais e R\$ 5 milhões em recursos próprios.

Ao finalizar seu discurso aos novos servidores, Fátima Bezerra afirmou: “Sejam muito bem vindos. Vamos trabalhar com muita dedicação e competência para servir ao povo do RN” e lembrou o verso do compositor Fernando Brant cantado por Milton Nascimento: “se muito vale o que já foi feito, mais vale o que será.”

A solenidade contou com a participação dos secretários de Estado Francisco Araújo (Sesed), Íris Oliveira (Sethas), Maria Luíza Tonelli (Semjdh), Daniel Cabral (Comunicação Social), comandante da PM, Coronel Alarico Azevedo; comandante do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Luiz Monteiro; procurador-geral do Estado, Luiz Antônio Marinho; secretário adjunto da Sesed, Osmir Monte; adjunta da Seap, Ivanilma Carla; adjunto da Degepol Ben Hur Medeiros; diretora-geral do DER, Natécia Nunes. E ainda o diretor da Polícia Federal, Luiz Carlos; inspetor Pinheiro, da Polícia Rodoviária Federal, e dirigentes do Sindicato dos Peritos Criminais e do Sindicato dos servidores do Itep.

Centrais do Cidadão e Defensoria Pública ampliam parceria em benefício da população potiguar

SERVIÇO DISPONÍVEL NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO GARANTE ORIENTAÇÃO JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS MAIS CARENTES

O Programa Central do Cidadão, cuja gestão é realizada pela Secretaria de Estado da Administração (Sead), além de possuir novas e modernas unidades de atendimento, vem ampliando as parcerias existentes em benefício da população.

Atualmente, existem 27 Centrais do Cidadão funcionando diariamente em todas as regiões do Rio Grande do Norte. As unidades são coordenadas pela Coordenadoria de Atendimento ao Servidor e ao Cidadão (Codaci). Além da emissão de documentos, procedimentos veiculares, abertura de processos, entre outros, está à disposição da população os serviços da Defensoria Pública Estadual (DPE).

O órgão mantém unidades de atendi-

mento em 12 Centrais do Cidadão, garantindo à população mais carente o acesso à orientação jurídica integral e gratuita.

A mais nova unidade de atendimento foi implantada no município de Lajes, na região Central do RN. Até março de 2023, mais duas regiões ganharão sedes novas com os serviços da DPE: a zona oeste de Natal, na Central do Cidadão do Terminal Rodoviário, e o município de Patu, no Alto Oeste Potiguar.

Para o coordenador de atendimento ao servidor e ao cidadão, Luis Renato Nogueira, a ampliação da parceria com a Defensoria Pública Estadual demonstra o interesse do Governo do Estado na garantia dos direitos dos cidadãos. “A

Defensoria Pública tem um papel social extremamente relevante. É através dela que o Governo do RN garante acesso à Justiça para a sociedade, principalmente à sua parcela mais vulnerável, assegurando assim o exercício de seus direitos em pé de igualdade. O nosso objetivo é continuar ampliando a parceria a fim de que mais Centrais do Cidadão recebam esse serviço e, conseqüentemente, mais pessoas sejam beneficiadas”.

O defensor público-geral, Clístenes Gadelha, considera favorável a parceria, uma vez que as unidades do Programa Central do Cidadão estão presentes em todas as regiões do estado e dispõem de estrutura moderna e de qualidade. “Gra-

ças a essa parceria, a Defensoria Pública tem expandido os seus horizontes, os locais de sua atuação e permitido que mais pessoas cheguem até nós e possam usufruir dos nossos serviços. Como as Centrais do Cidadão já têm uma estrutura apta a nos receber, isso ajuda no processo de interiorização, haja vista que no interior há também uma necessidade maior dos serviços prestados pela Defensoria”.

A Defensoria Pública do Estado está presente nas seguintes unidades do Programa Central do Cidadão: Alexandria, Apodi, Caraúbas, João Câmara, Lajes, Macau, Parelhas, Pau dos Ferros, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, São Miguel e São Paulo do Potengi.

FOTO: ELISA ELSIE



Emissão de documentos, procedimentos veiculares e abertura de processos são alguns dos serviços disponibilizados pela Defensoria Pública

Lei torna essencial serviços de assistência técnica e extensão rural

ASSINATURA OCORREU DURANTE SOLENIDADE PELO DIA DO EXTENSIONISTA RURAL; EQUIPAMENTOS FORAM ENTREGUES À EMATER-RN

FOTO: HILDER ANDRADE

A Lei Estadual nº 11.289/2022, que reconhece a Assistência Técnica e a Extensão Rural (Ater) como atividades essenciais para o Rio Grande do Norte, foi sancionada no início do mês pela governadora Fátima Bezerra. O projeto foi proposto pela Associação de Servidores da Assema (Assema), que se baseou em projetos similares já existentes em outros estados brasileiros.

O projeto é de autoria do deputado Francisco do PT e foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa. A assinatura aconteceu, na Escola de Governo, durante a solenidade ao Dia Nacional do Extensionista Rural, comemorado neste dia 6 de dezembro.

“Neste dia que celebramos o papel do extensionista rural, nada mais desejável que estarmos aqui, anunciando cerca de RS 2,3 milhões em investimentos no setor. Isso significa melhorar as condições de trabalhos de nossos técnicos”, afirmou a governadora, Fátima Bezerra que, em seguida, completou: “o extensionista rural é a alma das ações da Emater”.

O programa Ater Digital é coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), por meio do Departamento de Desenvolvimento Comunitário (DDC), e conta com a participação de vários parceiros, como a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

“Sabemos da importância da agricultura para a humanidade e que foi primordial para o processo de constituição das civilizações”, falou o diretor-geral da Emater, Cesar Oliveira. O gestor ainda lembrou que, este ano, a Emater-RN completou 67 anos de atuação no Rio Grande do Norte e homenageou os gestores regionais e extensionistas rurais que atuam em diferentes municípios do estado.



Mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira são oriundos da Agricultura Familiar

Cesar Oliveira também destacou o trabalho realizado pela instituição na emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), que substituiu a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a parceria com a Sape e a Sedraf na distribuição de sementes, a produção do algodão agroecológico, cuja meta é ampliar para 100 hectares plantados e 1000 toneladas produzidas em 2023, entre outras ações realizadas pela pasta.

O secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf), Alexandre

Lima, citou a posição de destaque do Rio Grande do Norte no ranking nacional, no campo da Agricultura Familiar. “Nós assumimos o primeiro lugar em segurança alimentar no Nordeste e o quarto lugar no país. E ainda segundo o relatório nacional da articulação da agroecologia, o RN também é o segundo estado brasileiro em políticas de fomento à produção sustentável e agroecologia do país, perdendo apenas para a Bahia”.

Ainda segundo Alexandre Lima, “isso demonstra o quanto o Governo do Estado tem feito

em prol da construção e fortalecimento da agricultura familiar”.

Francisco do PT, autor da lei sancionada hoje pelo Governo do Estado, parabenizou os extensionistas rurais do RN e destacou que todos os dias, o trabalho dessa categoria é responsável por mais de 70% dos alimentos oriundos da Agricultura Familiar que chegam à mesa do povo brasileiro. “Só por esse motivo, já seria suficiente a reivindicação da Assema para apresentar este projeto de lei que torna a atividade da assistência técnica rural do RN como essencial”.

Na oportunidade, foram entregues pelo executivo estadual à Emater: 30 aparelhos de ar-condicionado, para as unidades locais e regionais, 12 aparelhos de GPS, além de 24 notebooks, 33 computadores de mesa (desktops), 36 tablets, 13 impressoras multifuncionais e 13 estações de videoconferência – pelo programa Ater Digital.

Já através de parceria com o Governo Cidadão, a Emater recebeu mais 14 notebooks, 32 desktops, 10 automóveis Fiat Cronos e 02 veículos modelo SUV T Cross.

PRÓ-CRÉDITO

Durante a solenidade em alusão ao Dia do Extensionista, a governadora Fátima Bezerra também assinou o decreto que regulamenta a lei n.º 11.052/2022 e que representa uma antiga reivindicação dos trabalhadores do ramo. O Programa Estadual de Estímulo à Ampliação do Acesso ao Crédito para Fomento de Atividades Produtivas no Meio Rural e Periurbano (Pró-Crédito) objetiva o fomento de atividades produtivas no meio rural e periurbano e também cria uma gratificação de produtividade para os técnicos da Emater responsáveis pela elaboração de projetos de crédito rural, e que são contratados pelos bancos.

EXTENSÃO RURAL NO RN

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural surgiram no RN em 1955, através da Associação Nordeste de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), inicialmente nos municípios de Santa Cruz, São Tomé, São Paulo do Potengi e Currais Novos. As atividades de extensão rural completaram, em 2022, 67 anos de existência no RN.

Na década de 70, com a extinção da Ancar, foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RN), que, anos depois, tornou-se Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, autarquia vinculada ao Governo do Estado por meio

da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf).

Além dos já citados, também estiveram presentes à solenidade, o vice-governador Antenor Roberto, o secretário de estado da segurança e da Defesa Social, Coronel Francisco Araújo, o secretário de estado da Infraestrutura e coordenador do Projeto Governo Cidadão, Gustavo Coelho, o presidente da Emparn, Rodrigo Maranhão, a vereadora Divaneide Basílio, a deputada estadual Isolda Dantas, o presidente da Associação de Servidores da Emater (Assema), Edson Zumba, além de extensionistas rurais da Emater-RN.

Sistema Penitenciário adere a programa de Identificação Civil de Pessoas Privadas de Liberdade

IDENTIFICAÇÃO SERÁ REALIZADA NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA, PORTA DE ENTRADA DO SISTEMA PRISIONAL, E TAMBÉM NAS UNIDADES PRISIONAIS; MECANISMO EVITA QUE ALGUÉM SEJA PRESO COM NOME ERRADO OU QUE TENHA INFORMADO NOME DE TERCEIROS

FOTOS: ELISA ELSIE

A Secretaria da Administração Penitenciária (SEAP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), firmaram termo de cooperação técnica para a Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade no Rio Grande do Norte.

A identificação será realizada nas audiências de custódia, porta de entrada do sistema prisional, e também nas unidades prisionais. O mecanismo evitará, por exemplo, que alguém seja preso com nome errado ou que tenha informado nome de terceiros ou usado documento falso. A ação é uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O sistema trará mais segurança ao cumprimento da pena e dará as garantias previstas pela Lei de Execuções Penais. O CNJ distribuiu mais de 5 mil “kits biométricos” em todo País, composto por câmera, scanner e pad de assinatura.

A assinatura do Termo de Cooperação foi acompanhado pelo vice-governador Antenor Roberto; a vice-presidente do TJ, Zenaide Bezerra; o secretário da SEAP, Pedro Florêncio; o juiz auxiliar da Presidência e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Luís Landredi; a juíza auxiliar da Presidência no Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, Karen Luise; entre outros representantes dos poderes Judiciário e Executivo. “Reestabelecemos a legalidade no sistema penitenciário com ações efetivas e transformadoras. Esse é mais um passo na direção de oferecer mais dignidade ao cumprimento da pena e aplicação Lei de Execuções Penais”, disse Antenor Roberto.

O secretário Pedro Florêncio



Sistema trará mais segurança ao cumprimento da pena e dará garantias previstas pela Lei de Execuções Penais

FOTOS: AUGUSTO BEZERRA

explicou que os policiais penais já estão sendo capacitados para contribuir com o sistema de identificação e, também, para os atendimentos nos novos Escritórios Sociais para os Egressos do Sistema Penitenciário e a Central Integrada de Alternativas Penais. As instalações estão sendo implantadas no Presépio de Natal, reformado utilizando-se 100% de mão de obra carcerária. “Todos esses mecanismos estão sendo fomentados para diminuir os índices de reincidência criminal e trazer a paz social”, disse.

No mesmo evento, foi celebrada a adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 37/2020, celebrado entre o CNJ e MPT, para impulsionamento da Política de trabalho para pessoas privadas de liberdade e egressas do Sistema Penitenciário.



CNJ distribuiu mais de 5 mil “kits biométricos” em todo País

Vaccine-se. Quanto mais doses, melhor.

Fique atento às doses de reforço e complete seu esquema vacinal contra a Covid.



QUEM DEVE TOMAR:

2ª Dose: Todos acima de 03 anos;
3ª Dose: Todos entre 12 e 17 anos;
4ª Dose: Todos acima de 18 anos.

Imunossuprimidos
devem tomar a 5ª Dose.

Se você tomou a vacina contra a Covid há mais de 4 meses, volte ao posto de saúde mais próximo e tome a dose de reforço. Estar com a dose em dia protege você e reduz o contágio.

**Vaccine-se contra a Covid:
quanto mais doses, melhor.**



**RIO GRANDE
DO NORTE**
GOVERNO DO ESTADO